

| | | |
|---|---|---|
|  | Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa |  |
| Despacho | NP: wxj85sy6 SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 19/11/2025 Projeto de lei nº 1845/2025 Protocolo nº 12153/2025 Processo nº 3708/2025 | |
| Autor: Dep. Wilson Santos | | |

Institui o Selo “Empresa Amiga do Imigrante” no Estado de Mato Grosso e estabelece incentivos fiscais e subsídios às empresas que adotarem boas práticas de empregabilidade e inclusão de pessoas migrantes e refugiadas.

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**, tendo em vista o que dispõe o Art. 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Estado de Mato Grosso, o Selo Empresa Amiga do Imigrante, a ser concedido às pessoas jurídicas de direito privado que adotarem políticas e práticas de inclusão, empregabilidade e valorização de pessoas migrantes, refugiadas, apátridas ou solicitantes de refúgio.

Art. 2º São objetivos deste Selo:

- I – Promover a diversidade, equidade e inclusão no mercado de trabalho;
- II – Estimular o setor privado a incorporar trabalhadores migrantes com respeito à dignidade e aos direitos humanos;
- III – Reconhecer publicamente as empresas que desenvolvem ações afirmativas para essa população;
- IV – Combater a xenofobia e a discriminação por meio de boas práticas laborais.

Art. 3º Para obtenção do Selo, as empresas deverão cumprir, cumulativamente, ao menos seis dos seguintes critérios:

- I – Contratação formal de trabalhadores migrantes, com percentual mínimo de 2% do quadro funcional;
- II – Reconhecimento e aceitação de documentação migratória provisória ou definitiva, conforme legislação vigente;
- III – Oferta de cursos de capacitação profissional, incluindo, quando necessário, cursos de língua portuguesa para trabalhadores migrantes já residentes no Estado de Mato Grosso;

| | | |
|---|--|---|
|  | <p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p> |  |
|---|--|---|

IV – Realização de treinamentos internos sobre direitos humanos, combate à xenofobia e diversidade cultural para equipes de Recursos Humanos e lideranças;

V – Criação de políticas internas de valorização de diplomas e competências adquiridas no exterior, mesmo que ainda não revalidados formalmente;

VI – Apoio financeiro ou institucional à revalidação de diplomas estrangeiros e à tradução juramentada de documentos acadêmicos, especialmente por meio de convênios com universidades públicas ou centros de apoio a migrantes;

VII – Adoção de medidas de suporte, como flexibilidade de horários, auxílio-transporte ou alimentação, para facilitar a qualificação de trabalhadores migrantes;

VIII – Garantia de condições igualitárias de contratação, permanência e progressão na carreira;

IX – Participação ativa em programas públicos ou parcerias com organizações da sociedade civil voltados à empregabilidade de migrantes;

X – Apoio ao empreendedorismo migrante, por meio de mentorias, crédito facilitado ou capacitação;

XI – Garantia de oportunidades de progressão na carreira e acesso a cargos de liderança para trabalhadores migrantes, mediante avaliações transparentes, programas de mentoria e políticas internas de promoção da diversidade.

§1º – A comprovação das ações será feita por meio de documentação e relatórios anuais, conforme regulamentação específica.

§2º – Os cursos de língua portuguesa previstos neste artigo têm finalidade de integração social e profissional, sendo vedada sua utilização como instrumento de recrutamento internacional de mão de obra.

Art. 4º O Selo poderá ser utilizado pela empresa contemplada em campanhas publicitárias, embalagens, produtos e serviços, como símbolo de responsabilidade social e valorização da diversidade.

Art. 5º As empresas detentoras do Selo poderão acessar, de forma cumulativa ou alternativa, os seguintes incentivos fiscais e subsídios, conforme regulamentação do Poder Executivo:

I – Redução ou isenção do ICMS, nos termos da legislação tributária estadual;

II – Redução ou isenção do IPVA, limitada à frota registrada no Estado de Mato Grosso;

III – Concessão de crédito presumido ou diferimento de tributos estaduais;

IV – Acesso prioritário a linhas de crédito com juros reduzidos, por meio da Desenvolve MT ou programas equivalentes;

V – Bonificação em processos licitatórios estaduais, observada a legislação aplicável;

VI – Participação preferencial em programas estaduais de fomento, inovação, desenvolvimento econômico e empreendedorismo;

VII – Linhas de financiamento específicas para empresas que subsidiem a revalidação de diplomas ou

| | | |
|---|--|---|
|  | <p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p> |  |
|---|--|---|

promovam ações de equivalência acadêmica.

Parágrafo único. A regulamentação poderá utilizar programas e linhas de crédito já existentes, reduzindo custos e ampliando a efetividade da política.

Art. 6º Fica instituído o Observatório Mato-Grossense de Empregabilidade Migrante, de caráter consultivo e participativo, responsável pela concessão, monitoramento e fiscalização do Selo Empresa Amiga do Imigrante.

§1º – O Observatório será composto por representantes:

- I – da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDEC);
- II – da Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania (SETASC);
- III – da sociedade civil e entidades de defesa de migrantes e refugiados;
- IV – da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e demais instituições de pesquisa;
- V – do setor empresarial;
- VI – de trabalhadores migrantes.

§2º – Compete ao Observatório:

- I – conceder e fiscalizar o uso do Selo;
- II – avaliar impactos e efetividade da política;
- III – propor recomendações para aprimoramento das ações previstas nesta Lei;
- IV – elaborar relatórios periódicos de transparência acessíveis à sociedade.

§3º – O Poder Executivo poderá firmar parcerias com organismos internacionais, universidades e organizações da sociedade civil para apoiar as atividades do Observatório.

§4º – O Selo poderá ser suspenso ou cancelado em caso de descumprimento continuado das boas práticas.

§5º – Regulamentação própria definirá composição detalhada, funcionamento e processos de deliberação.

Art. 7º O Poder Executivo publicará, anualmente, relatório detalhado sobre a concessão do Selo, indicando o número de empresas certificadas, incentivos concedidos e impacto na empregabilidade de migrantes.

Art. 8º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, detalhando critérios, prazos, formas de avaliação, benefícios e penalidades.

Parágrafo único. O descumprimento do prazo não prejudicará o direito das empresas que cumprirem os critérios a solicitar o Selo e os benefícios previstos.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas se necessário.

| | | |
|---|--|---|
|  | Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa |  |
|---|--|---|

Art. 10º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei cria o Selo Empresa Amiga do Imigrante no Estado de Mato Grosso, com o objetivo de reconhecer e incentivar empresas que adotem políticas efetivas de inclusão de pessoas migrantes, refugiadas e solicitantes de refúgio.

Mato Grosso tem recebido, de forma contínua, fluxos migratórios significativos, especialmente de venezuelanos, haitianos e bolivianos, além de profissionais de diversas regiões do mundo que buscam oportunidades no agronegócio, na construção civil, no comércio e nos serviços. Entretanto, muitos enfrentam dificuldades de regularização documental, barreiras linguísticas, subemprego e discriminação.

O Estado possui grande demanda por mão de obra qualificada e diversificada, e a inclusão de migrantes não apenas promove justiça social, como também fortalece setores estratégicos da economia. Empresas que já adotam boas práticas registram maior produtividade, menor rotatividade e ambientes de trabalho mais diversos e inovadores.

O Selo proposto cria critérios objetivos, estimula a contratação digna, valoriza diplomas estrangeiros, amplia o acesso à qualificação e fortalece políticas de diversidade. Em contrapartida, oferece incentivos fiscais possíveis dentro da legislação estadual e da realidade da arrecadação tributária mato-grossense.

Trata-se de uma política economicamente viável, socialmente justa e alinhada ao compromisso constitucional com a dignidade humana, o combate ao preconceito e a promoção do trabalho digno.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste Projeto.

Edifício Dante Martins de Oliveira
Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 18 de Novembro de 2025

Wilson Santos
Deputado Estadual